

A ECONOMIA DO SUDESTE PARAENSE: EVIDÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS^{1,2}

Valdeci Monteiro dos Santos

1 INTRODUÇÃO

O sudeste paraense é uma das mesorregiões do estado do Pará, sendo composta por 39 municípios e uma área de mais de 297 mil quilômetros quadrados, que corresponde a um território maior, por exemplo, que o do estado de São Paulo, cuja área é de 248,2 mil quilômetros quadrados.

A mesorregião tem chamado atenção pelo grande dinamismo socioeconômico e pelas profundas transformações na base socioprodutiva. Possuía uma população estimada em julho de 2014 de R\$ 1,8 milhão (IBGE, 2014a), que corresponde a 22,2% da população do estado do Pará; um produto interno bruto (PIB) em 2012 de R\$ 37,5 bilhões (IBGE, 2014b), que equivale a 41% do PIB paraense (salientando que sua participação estadual era 12,3% em 1980) e a 0,9% do PIB do Brasil (uma contribuição similar à dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba e superior a Alagoas, Sergipe, Piauí, Rondônia, Tocantins, Amapá, Acre e Roraima); e responde por 59,4% das exportações paraenses.³

Do lado da economia agrária, grandes projetos agropecuários, financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para lá se deslocaram a partir da década de 1970, junto com frentes de expansão camponesa, compondo gradativamente um mosaico rural, ao qual também se agregaram agentes locais mercantis e produtores de economias extrativistas tradicionais; no entanto, foi o processo de pecuarização o principal vetor do crescimento. Por sua vez, a economia da mineração vivenciou a saga dos garimpos, como a Serra Pelada, nos anos 1980, e avançou, em meados dessa década, com a presença da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD),⁴ atuando na exploração mineral em larga escala. Ao mesmo tempo, ocorreram processos aceleradores de crescimento populacional e de urbanização,

1. Agradecimentos especiais aos professores Wilson Cano (orientador) e Tania Bacelar pelas contribuições e pelos estímulos aportados nesta pesquisa.

2. Este capítulo foi baseado na tese de doutorado de Santos (2011).

3. Para mais informações, consultar o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.br/>>. Acesso em: out. 2016.

4. A partir de novembro de 2007, a marca da CVRD passou a ser oficialmente denominada Vale.

com a criação de novos municípios e a instalação de infraestruturas viária, de energia e de comunicação.

Duas hipóteses básicas sobre essa experiência podem ser formuladas: *i)* a região havia, de fato, crescido e vivenciado grandes mudanças na sua estrutura produtiva, embora intrarregionalmente desigual, e, não obstante haver construído novas bases infraestruturais e ampliado sua rede urbana, não testemunhou transformações significativas nas condições de vida da sua população, afora ter provocado graves problemas ambientais e fundiários; e *ii)* a região extraiu seu dinamismo, de um lado, da frente de expansão agropecuária – que teria resultado na conformação de uma estrutura dual, com a presença concomitante de pequenos e grandes produtores – e, de outro, da frente de expansão mineradora, que – surgida em meados da década de 1980 – cresceu de forma exponencial, mas não teria logrado expressivos impactos qualitativamente positivos, na economia regional, salvo em alguns municípios apenas.

Na análise a seguir, apresentam-se cinco evidências de ter havido importantes mudanças na base socioeconômica do sudeste paraense e, num sentido mais amplo, ocorrido uma alteração relevante no padrão geral de desenvolvimento mesorregional.

2 DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA, DIVERSIFICAÇÃO DA BASE AGROPECUÁRIA E PESO ESTRATÉGICO DA MINERAÇÃO

2.1 Desempenho do PIB e PIB *per capita*, e mudanças na composição da base produtiva

O estado do Pará e, em especial, a mesorregião do sudeste paraense, a partir de meados da década de 1960, iniciou uma longa trajetória de crescimento econômico e de integração com o resto do país e o exterior.

Entre meados dos anos 1960 e ao longo das décadas de 1970 e 1980 – período que coincide com a ampliação das ações do Estado brasileiro –, há um forte crescimento do PIB paraense, ocorrendo, a partir de 1980, taxas anuais superiores às apresentadas pela economia brasileira. Mesmo verificando-se oscilações, nas taxas de crescimento do estado, a tendência geral, entre 1980 e 2004, é também de relevante crescimento.

A dinâmica econômica do sudeste paraense teve uma forte influência nesse desempenho do Pará, considerando-se tanto o intervalo entre as décadas de 1960 e 1980 – quando ocorre o processo de inserção dos grandes projetos agropecuários e um intenso movimento migratório na mesorregião – quanto a partir da década de 1980, em que se verifica a forte presença da atividade mineradora.

A tabela 1 retrata a distribuição relativa das mesorregiões do Pará no total do PIB estadual. Os dados revelam o aumento da contribuição do sudeste paraense

desde 1970. Nesse ano, o PIB mesorregional correspondia apenas a 2,6% no Pará. Já em 1980, ocorre a elevação para 12,3% (em 1975, a contribuição fora de 5,4%). Na sequência, a participação foi crescente: 16,1% (1996), 26,5% (1999) e 31,7% (2004). Informações mais recentes indicam que a região expandiu ainda mais sua contribuição no PIB estadual, alcançando o patamar de 41%, em 2012.

As informações da tabela 1 também revelam o peso econômico de alguns municípios da mesorregião, como Tucuruí, Marabá e Parauapebas. Estes e outros municípios da região se expandiram no contexto de fatos como: *i*) a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em 1980, no município deste mesmo nome; *ii*) a expansão das atividades minerais, em especial a influência da exploração das minas da Vale, nos municípios sob sua influência, como Parauapebas e Canaã dos Carajás; *iii*) a influência nas municipalidades da abertura da rodovia PA-70, conjugada com a expansão migratória, ao longo do seu trajeto, como no caso de Marabá; e *iv*) o desempenho de municípios absorvedores de antigas fronteiras agropecuárias, revigorados com a nova frente mineral, caso de Paragominas.

TABELA 1

Pará: mesorregiões e municípios selecionados – distribuição espacial do PIB
(Em %)

Município	Participação relativa do PIB				
	1970	1980	1996	1999	2004
Estado do Pará	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Baixo Amazonas	9,5	15,3	9,6	8,6	8,3
Marajó	5,7	5,2	3,2	3,4	2,7
Nordeste paraense	19,1	16,9	10,2	13,4	11,2
Região metropolitana (RM) de Belém	61,9	47,5	57,8	41,8	40,1
Sudeste paraense	2,6	12,3	16,1	26,5	31,7
Tucuruí	0,3	4,4	0,7	3,0	5,5
Marabá	1,3	1,3	2,3	2,9	4,3
Parauapebas	-	-	5,0	3,8	4,0
Paragominas	0,3	2,2	1,3	1,8	1,7
São Félix do Xingu	0,1	0,3	0,3	1,4	1,3
Sudoeste paraense	1,3	2,8	3,1	6,3	6,0

Fonte: Ipeadata de 1970 a 1996 – disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1999 a 2004.

A análise do PIB setorial ressalta a importância da indústria extrativa mineral. Pelos dados da tabela 2, nota-se que o setor industrial, cuja participação era de 42,8% do PIB mesorregional (2002), passou a contribuir com metade (50%), em 2006 e 2007. A agropecuária, por seu turno, que registrou, nas últimas décadas do século XX, um forte dinamismo e uma elevação no PIB mesorregional, apresentou

um processo de retração de 20%, em 2002, a pouco mais de 11% do produto. O setor de serviços alcançou, em 2007, o índice de 41% do produto mesorregional, devido ao aumento dos chamados serviços de apoio à indústria, bem como à efetiva expansão urbana dos últimos quarenta anos.

TABELA 2

Sudeste paraense: distribuição setorial do PIB (2002-2007)¹

(Em %)

Setor de atividade	Participação relativa setorial					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	20,0	18,6	13,9	13,3	12,7	11,4
Indústria	42,8	43,0	49,0	49,1	50,4	47,7
Serviços	37,3	38,4	37,2	37,6	36,9	41,0

Fonte: SCN/IBGE.

Nota: ¹ Base de cálculo segundo a nova metodologia adotada pelo IBGE.

O desempenho do setor industrial, sobretudo do segmento de extração mineral do sudeste paraense, vem tendo um reflexo direto na sua dinâmica e na economia do Pará, em particular, no seu agregado industrial. Segundo os dados das Contas Regionais do IBGE, a mesorregião detinha, em 1999, 25,4% do valor adicionado total da indústria do Pará. Em 2004, passou a 37,3%. No mesmo período, também se elevou a participação do setor agropecuário: de 45,2% (1999) para 48,0% (2004), em razão dos incrementos da pecuária bovina (com efeitos, a jusante, na cadeia frigorífica) da produção de grãos (com destaque para soja, milho e arroz) e da extração de madeira.

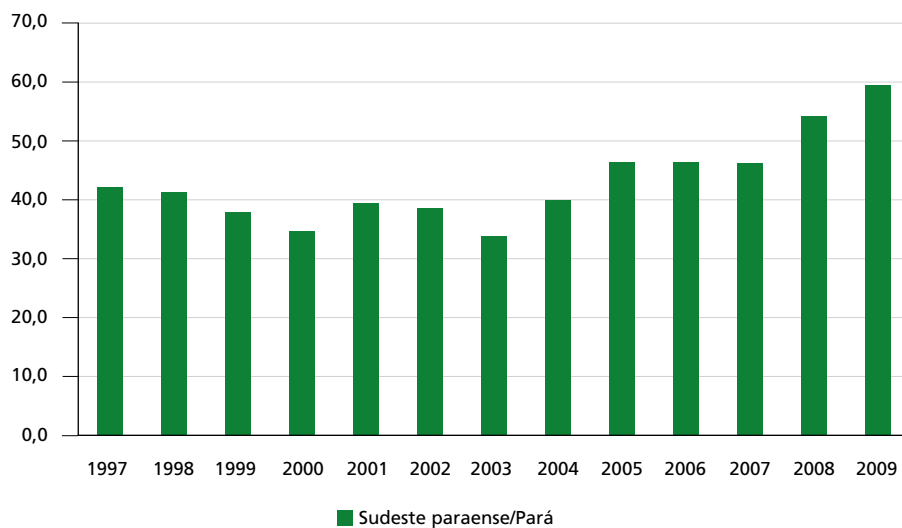
Um dos reflexos dessa forte expansão da economia do sudeste paraense, ocorrida nas últimas décadas, foi o aumento significativo do PIB *per capita*. Em 1999, a mesorregião já registrava 36,4 pontos percentuais (p.p.) acima do valor do registrado no estado. A diferença ampliou-se para 50 p.p., em 2007, consolidando o sudeste paraense como o maior PIB *per capita* do Pará. Três municípios tiveram influência relevante nesta expansão: Parauapebas, Canaã dos Carajás e Tucuruí, todos com seus respectivos PIB *per capita* 2,5 vezes superiores ao do estado do Pará. Com efeito, os dados revelam, de um lado, o impacto da produção mineral da área de Carajás (onde se situam Parauapebas e Canaã dos Carajás) e, de outro, a elevação da oferta de energia em resposta ao aumento da demanda, o que se refletiu diretamente no PIB do município de Tucuruí.

2.2 Relevância do *drive* exportador e a importância da mineração

Pelo gráfico 1, é possível constatar a importante contribuição do sudeste paraense para as exportações estaduais, com destaque para o período a partir de 2004. Então, sob o forte impulso da demanda mineral paraense, assistiu-se a contínuo aumento das exportações da mesorregião, que chegou a contribuir com 59,4% do volume exportado pelo estado em 2009.

GRÁFICO 1

Participação das exportações do sudeste paraense no total do estado (1997-2009)
(Em %)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex/MDIC).

Do ponto de vista intrarregional, o município de Parauapebas vem se destacando como o principal exportador do sudeste paraense e, por extensão, do Pará como um todo. Em 2003, o município já detinha 27,4% das exportações estaduais, cifra que subiu para 46% em 2009. Outros destaques, nas exportações, foram Canaã dos Carajás e Marabá.

Analisando-se a pauta dos principais produtos exportados do sudeste paraense pode-se constatar que o minério de ferro respondeu, em 2008, por quase 82%, seguido pelos minérios de cobre e manganês, que, juntos, contribuíram com 15% do total das exportações. Da agropecuária, o principal produto exportado foi a soja em grãos (0,3%). Madeira compensada, em folhas e toras, respondeu por 0,7% das exportações mesorregionais. O elevado peso dos produtos minerais na pauta exportadora do sudeste paraense é também representativo no total das vendas externas do estado do Pará.

Outro ponto importante diz respeito à infraestrutura montada, destacando-se a Estrada de Ferro Carajás (EFC),⁵ cujo percurso se localiza, em grande parte, no sudeste paraense. No entanto, o embarque dos produtos ocorre pelo Porto da Madeira, no Maranhão. Ressalte-se que, tanto a EFC quanto o Porto da Madeira fazem parte da logística da Vale.

2.3 Desdobramentos da frente agropecuária e consolidação da estrutura dual

A expansão da fronteira de recursos do sudeste paraense ocorrida a partir de 1960 teve início capitaneado por um conjunto de ações do Estado brasileiro, com o objetivo de integrar esse espaço (e a Amazônia como um todo) à dinâmica do capitalismo no país. Isso permitiu, de um lado, a inserção do grande capital, particularmente, das regiões Sul e Sudeste, ensejando grandes projetos agropecuários na mesorregião, e, de outro, um intenso fluxo de pessoas vindas, sobretudo, do Nordeste brasileiro, estimuladas por migração espontânea ou por via de colonização dirigida pelo governo federal, na perspectiva de resolver parte do problema do povoamento dessa mesorregião, bem como de assegurar mão de obra para os novos projetos agropecuários.

Foi notável o choque, na estrutura socioproductiva mesorregional, dessa frente de expansão, em especial nas décadas de 1970 e 1980. Quebrou-se rapidamente a base econômica preexistente, caracterizada: *i)* pelo predomínio do extrativismo e da agricultura de subsistência; *ii)* pelo poder político das oligarquias castanheiras e da borracha; *iii)* pela presença de uma estrutura fundiária, na qual a terra era barata e abundante; e *iv)* pela dinâmica fundamentalmente centrada em fatores endógenos e baixos vínculos com outras economias.

A frente formada fez emergir uma nova realidade agrária e fundiária, com novos atores. Os donos e foreiros dos castanhais e remanescentes produtores da borracha venderam suas terras a empresários e a grandes pecuaristas de fora da mesorregião, só permanecendo ligados à terra aqueles que conseguiram captar, com a venda das terras, os meios para disputar com os novos atores os recursos concedidos pela Sudam (Coelho, 2004, p. 28). Novas terras foram adquiridas por esses agentes externos, boa parte contendo floresta nativa, gradativamente desmatada, para expandir os novos negócios, com destaque para a pecuária.

Por seu turno, o processo de migração e colonização que surgiu em paralelo à chegada do grande capital, encarado no início como oportunidade de inserção nessa nova fronteira de recursos do Brasil, tornou-se gradativamente uma grande decepção para o imigrante mais pobre, ocupante tradicional das terras devolutas,

5. Empreendimento de propriedade e controle da CVRD.

que acabaram tendo pouco espaço, na lógica predominante do avanço do grande capital no sudeste paraense, marcado pela forte concentração de terras. Parte desses imigrantes e ocupantes foi incorporada como mão de obra barata nos projetos agropecuários. Outra parte teve que viver como pequenos camponeses, produzindo para seu próprio sustento e lutando para estabelecer-se num contexto de contínua disputa pela posse e uso da terra.

Com o tempo, e no bojo do próprio esvaziamento do papel do estado, a dinâmica e a estrutura produtiva regional vão assumindo características próprias. Assim, nas últimas duas décadas, duas categorias de produtores rurais vão gradativamente firmar-se como atores relevantes: *i)* o grande e médio produtor patronal, representado por estabelecimentos rurais que atuam segundo critérios empresariais e capitalistas – grandes fazendeiros (pecuaristas) e latifundiários empresariais autônomos (VW do Brasil S/A, Bradesco S/A e a construtora Mendes Júnior, por exemplo); e *ii)* o pequeno produtor camponês, grande parte constituída por imigrantes, que pode ser definido como unidades de produção caracterizadas por ter a família como parâmetro central nos processos decisórios (Costa, 2000, p. 279).

As categorias dos camponeses e dos produtores patronais podem ser consideradas a base da organização econômica do campo no sudeste paraense. Em torno delas, como sugerem Hébette *et al.* (2004, p. 138-139), nas últimas quatro décadas, emergiu uma terceira categoria, com certa expressão, definida como produtores agrícolas, que não conseguem a posse da terra e acabam se tornando produtores dependentes e subordinados às outras categorias, podendo enquadrar-se em duas situações: *i)* produtores que trabalham por conta própria, embora em terra alheia, por meio de relação de parceria ou como agregados; e *ii)* os que vendem sua força de trabalho mediante salário, diária ou outra forma de pagamento.

Considerando-se, por aproximação, os camponeses enquadrados na faixa de até 200 ha e os produtores patronais, na faixa acima de 5 mil hectares, observa-se, nos dados dos censos de 1985 e 1995/1996, que efetivamente prevalece, no primeiro caso, a participação de *responsável ou membro da família não remunerado*, como vínculo do pessoal ocupado (94,5%, em 1985, e 90,6%, em 1995). No segundo caso, ao contrário, a predominância é de *trabalhadores remunerados e outras condições* no total do pessoal ocupado das propriedades (90,4%, em 1985, e 90,8%, em 1995).

O perfil dos produtos cultivados e dos rebanhos também revela a afirmação da estrutura dual da economia rural da mesorregião. Os dados censitários apontam, ao longo das últimas décadas, nas propriedades de menor porte (camponeses), a presença majoritária de atividades tipicamente voltadas para a autossustentação e o mercado local, na produção de frutas diversas, feijão, mandioca e arroz, bem como a criação de animais de pequeno porte e os produtos da pecuária bovina

(sobretudo leite e seus derivados). Entre outras atividades de maior porte (patronais), a predominância é da pecuária bovina (de corte e matrizes) e de culturas mais voltadas para o mercado extrarregional, como a cana-de-açúcar e a soja.

3 OCUPAÇÃO HUMANA: DENSIFICAÇÃO CONCENTRADA COM EMERGÊNCIA DE CENTROS URBANOS RELEVANTES E FORTE FRAGMENTAÇÃO DA BASE MUNICIPAL

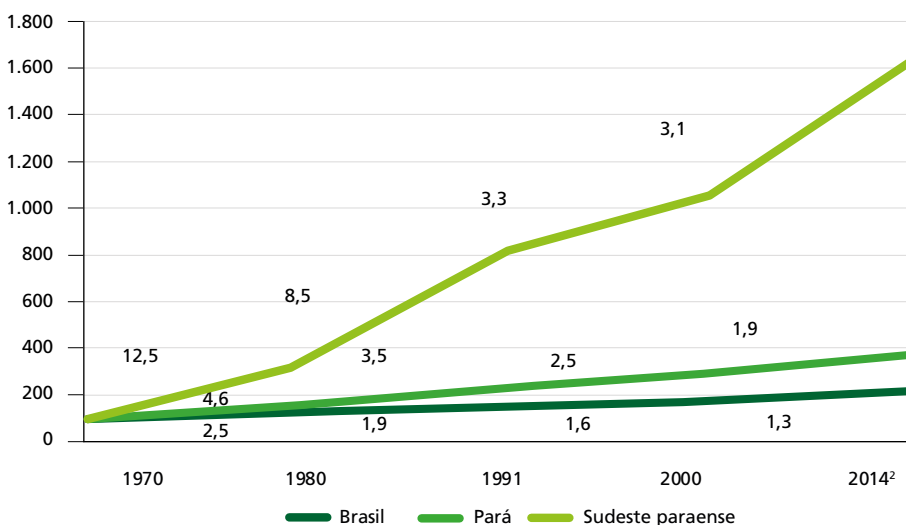
Nesta seção, são analisadas as principais mudanças ocorridas na ocupação humana do sudeste paraense nas últimas décadas, no que diz respeito à expansão da sua base demográfica e da sua dinâmica de urbanização, o que resultou na conformação de uma nova rede urbana, especialmente dispersa – com o surgimento de diversos municípios e núcleos urbanos – e concentrada em termos de população e dinamismo econômico. Serviram de fonte básica da análise demográfica os censos demográficos (IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000) e as estimativas populacionais dos municípios do Brasil em 1º de julho de 2014 (IBGE, 2014b).

Como pode ser observado no gráfico 2, o sudeste paraense apresentou um grande impulso populacional, no período de 1970 a 2000, prolongando-se no século XXI, embora em ritmo bem mais lento que o dos anos anteriores, mas superior ao do Brasil e do Pará.

GRÁFICO 2

Brasil, estado do Pará e sudeste paraense: evolução da população residente ao ano (1970-2014)¹

(Em %)



Fonte: IBGE (1970a; 1980a; 1991; 2000; 2014b).

Notas: ¹ Em 1988, o atual Tocantins foi desmembrado do estado de Goiás e se tornou uma Unidade da Federação (UF) pertencente à região Norte.

² Dados estimados pelo IBGE para 1º de julho de 2014 (IBGE, 2014b).

Entre 1970 e 1980, a população do sudeste paraense cresceu à taxa média de 12,5% ao ano (a.a.), enquanto o estado do Pará evoluiu, no mesmo período, ao ritmo de 4,6% a.a. e o Brasil, 2,5% a.a. Essa tendência já se vinha desenhando desde os anos 1960, quando no sudeste paraense, cujo território correspondia, à época, a apenas quatro municípios, residiam um pouco mais de 41 mil pessoas. Em 1970, conforme se pode ver na tabela 3, já se registrava um contingente de 112,3 mil pessoas, e, em 1980, a população já era de 364 mil pessoas, elevando sua participação na população do Pará de 5,2% para 10,7%.

TABELA 3

Brasil, região Norte, estado do Pará e mesorregiões: evolução da população residente (1970, 1980, 1991, 2000 e 2014)

Mesorregião	População total residente (R\$ mil)					Taxa de crescimento médio anual (%)			
	1970	1980	1991	2000	2014 ¹	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2014
Brasil	93.135	119.011	146.826	169.799	202.769	2,5	1,9	1,6	1,3
Norte	3.607	5.881	10.031	12.901	17.231	5,0	5,0	2,8	2,1
Pará	2.167	3.404	4.950	6.192	8.074	4,6	3,5	2,5	1,9
Baixo Amazonas	305	467	561	638	770	4,4	1,7	1,4	1,4
RM de Belém	774	1.176	1.621	2.085	2.555	4,3	3,0	2,8	1,5
Marajó	214	283	317	379	525	2,8	1,0	2,0	0,8
Nordeste paraense	722	1.009	1.218	1.473	1.903	3,4	1,7	2,1	1,9
Sudeste paraense	112	364	890	1.192	1.813	12,5	8,5	3,3	3,1
Sudoeste paraense	40	104	344	424	533	10,1	11,5	2,4	1,7

Fonte: IBGE (1970a; 1980a; 1991; 2000; 20014b).

Nota: ¹ População estimada em 1º de julho de 2014.

Vale lembrar que, nesse mesmo período, a economia mesorregional passou de uma participação de 2,6% para 12,3% do PIB estadual (tabela 1). Entretanto, em 1970, a densidade populacional do sudeste paraense era de 0,4 hab/km², enquanto a do estado do Pará era de 1,8 hab/km². Dez anos depois, a densidade populacional na mesorregião e no estado, registraria, respectivamente, 1,4 e 2,8 hab/km².

Nas décadas de 1960 e 1970, o sudeste paraense assistiu a um intenso fluxo migratório, que se deslocou atraído pela presença de grandes projetos econômicos (agropecuários, madeireiros e de extração e beneficiamento de minérios), pela difusão de programas públicos de estímulo à colonização dirigida e pela implantação de complexa infraestrutura básica (destacando-se rodovias). Esses processos ocorreram à luz da maior integração da mesorregião à dinâmica econômica nacional. Como resume Souza (1993), “à medida que se vai definindo com maior clareza o papel da região perante o novo padrão de acumulação em curso no país, a política de ocupação passa a adequar-se às exigências mais gerais desse processo”.

Entre os anos censitários de 1980 e 1991, a população residente do sudeste paraense cresceu a uma taxa média de 8,5% a.a., continuando, portanto, num ritmo intenso, embora bem abaixo da década anterior. Segundo os dados da tabela 3, essa taxa foi 5 p.p. acima da verificada no período para a população total do Pará. Com isso, a mesorregião estabeleceu um novo salto na sua participação relativa na população do Pará: dos 10,7% de 1980, evoluiu para 18,0%, em 1991. Esse dinamismo expressou-se num aumento da densidade demográfica: de 1,4 hab/km², em 1980, para 3,0 hab/km², em 1991.

Já entre 1991 e 2000, registrou-se uma nova desaceleração da média anual de crescimento da população residente do sudeste paraense: taxa de 3,3% a.a. Mesmo, assim, essa taxa foi quase 1 p.p. acima da taxa anual média, verificada no estado do Pará, e o dobro da nacional (gráfico 2). A tendência repete-se nos anos mais recentes, com a população da mesorregião crescendo em ritmo um pouco menor que o do período anterior (3,1% a.a.), entre 2000 e 2014, uma evolução considerada alta para os padrões de expansão demográfica do Brasil e do mundo deste início do século XXI.

Os dados estimados para 2014 (IBGE, 2014b) indicam que o sudeste paraense teria alcançado o contingente de 1,8 milhão de pessoas, ou seja, mais de dezesseis vezes a população registrada pelo Censo de 1970, levando a mesorregião a evoluir de uma contribuição de apenas 5,2% da população do estado do Pará, em 1970, para a participação, em 2014, de 22,5% – atrás das mesorregiões da RM de Belém e do nordeste paraense, respectivamente com 31,6% e 23,6%. O sudeste paraense já responde, na atualidade, por 0,89% do total da população brasileira.

Tobias (2002) constata que, após a década de 1970, momento de intenso processo de imigração para o estado do Pará, o período de 1981 a 1991 apresentou uma importante diminuição no fluxo migratório para o estado. Segundo esse pesquisador: “nos anos 1980 ampliou-se o afastamento do setor público na definição da política social de ocupação da fronteira. Consolidou-se, desta forma, o processo de fechamento de vastas extensões de terra à população excedente, destituída de terra”.⁶

Contudo, acrescenta que ainda permaneceriam na década de 1980 (e, tudo indica, também nos anos 1990) estímulos à imigração interestadual, concentrados em determinados polos de desenvolvimento. Foi o caso, no sudeste paraense, da atração populacional exercida pelo Projeto Grande Carajás e pela exploração do garimpo de Serra Pelada. Por sua vez, verifica-se a gradativa ascensão da imigração de outras partes do Pará para o sudeste paraense nas décadas de 1980 e 1990.

6. De fato, no bojo da crise econômica brasileira da década de 1980, foram instituídos, nos anos 1970, os principais programas de estímulo à colonização – Programa de Integração Nacional (PIN) e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) –, bem como perderam força os incentivos fiscais, o que também contribuiu para arrefecer indiretamente o fluxo migratório para Amazônia.

As informações da tabela 4, com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000, mostram que, das 1.192.640 pessoas residentes no sudeste paraense, 13,6% haviam nascido fora da mesorregião, em outro município do Pará. Deles, 67,2% tinham chegado à mesorregião entre 1991 e 2000. Por seu turno, os imigrantes oriundos de outros estados do Brasil, em 2000, correspondiam a 48,1% dos residentes, dos quais 10,3% imigraram antes de 1980, 40,3% vieram entre 1980 e 1991, e 49,4% entre 1991 e 2000.

TABELA 4

Estado do Pará e sudeste paraense: contingente total de imigrantes¹ intraestadual e interestadual por período de migração (2000)

Estado, regiões e municípios	Imigrantes intraestaduais ²				Imigrantes interestaduais ³			
	Anterior a 1980	1980-1991	1991-2000	Total	Anterior a 1980	1980-1991	1991-2000	Total
Estado do Pará	203.171	355.903	605.465	1.164.539	152.310	410.676	489.997	1.052.983
Sudeste paraense	8.433	44.791	108.793	162.017	59.155	230.970	283.558	573.683

Fonte: IBGE (2000).

Notas: ¹ Segundo o censo, não são consideradas migrantes as pessoas residentes na mesma área em que nasceram, embora esta tenha mudado de nome ou se transformado ou sido incorporada a um novo estado ou município e, ainda, as que nasceram em maternidade, casas de parente etc., localizadas fora do município de residência materna, tendo retornado a este logo após o nascimento.

² Imigrante intraestadual: pessoas que não nasceram no município de residência atual (ano 2000), mas nasceram no estado do Pará e migraram para o município onde residiam no momento da pesquisa segundo o ano de migração.

³ Imigrante interestadual: pessoas que nasceram em outra UF e que residem no sudeste paraense.

Outro aspecto diz respeito à origem da UF de nascimento dos imigrantes. O Censo de 2000 confirma as análises empíricas, que apontam para uma forte presença do contingente advindo do Maranhão (41,8% dos imigrantes). Na sequência, destacam-se os estados de Goiás (13,4%), Tocantins (9,6%), Minas Gerais (6,5%), Bahia (6,3%), Piauí (6,3%) e Ceará (5,4%). Os imigrantes desses estados foram especialmente atraídos pelos programas de colonização dirigida e, no caso da migração espontânea, estimulados pela possibilidade de emprego na grande mineração ou pela perspectiva de sucesso no “Eldorado” dos garimpos ou, simplesmente, para fugir de uma situação bem adversa nos seus locais de origem, caso das grandes estiagens verificadas no Nordeste brasileiro.

Considerando-se a evolução demográfica dos 39 municípios do sudeste paraense e tomando-se como base os dados dos censos demográficos de 1970 a 2000 e as estimativas populacionais dos municípios do Brasil em 1º de julho de 2014, do IBGE, verifica-se que, do total de 1,8 milhão de pessoas residentes na mesorregião, em 2014, os seis municípios mais populosos, responsáveis em conjunto por 46,5% desse total, foram, pela ordem: Marabá, Parauapebas, São Félix do Xingu, Tucuruí, Paragominas e Redenção. Em conjunto, Marabá e Parauapebas – únicos com mais de 180 mil habitantes – tinham 439 mil residentes. No entanto, nesse mesmo ano os seis municípios de menor população (apenas 2,0% do total da população

mesorregional) foram: Bannach, Sapucaia, Pau D'Arco, Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará.

Entre os municípios, Marabá merece destaque, pois, apesar de ter passado por desmembramentos ao longo das últimas décadas, registrou um salto de 24,4 mil pessoas, em 1970, para 59,9 mil (1980), 123,7 mil (1991), 168,0 mil (2000) e mais de 257,0 mil pessoas, em 2014, consolidando-se como o mais populoso e o principal centro econômico regional. Também merece ser ressaltada a evolução de Paragominas (tradicional economia extrativista, que também apresentou crescimento significativo populacional) e São Félix do Xingu (de grande área territorial e onde sobressai uma importante população indígena).

Contudo, a presença da Vale atraiu um grande número de pessoas na fase de implantação dos projetos, que, em boa parte, acabaram ficando nos aglomerados urbanos próximos às minas – alguns se tornaram cidades, caso de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás. Também merece destaque os efeitos gerados pela operacionalização dos projetos da Vale, em termos de cadeia de fornecedores, geração de empregos indiretos e aumento da arrecadação dos municípios. No caso de Tucuruí, pesaram no crescimento da sua população os efeitos diretos e indiretos da presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Cabe ainda, como um registro adicional, destacar a presença de, aproximadamente, 10 mil índios na mesorregião, de 17 tribos diferentes, habitando 20 dos 39 municípios.

Com relação à expansão da população urbana e à dinâmica da conformação do espaço urbano no sudeste paraense, observa-se pelos dados dos censos demográficos que a região continha, em 1970, apenas 31% da população morando no ambiente urbano. Entre 1970 e 1980, a população urbana cresceu num ritmo ligeiramente maior que a rural. A partir do Censo de 1991, é que se percebe uma expansão importante da população urbana, alcançando, segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de 63,7%. Em termos absolutos, a população urbana da mesorregião passou de 123.441 para 759.575 pessoas, no intervalo de 1980 a 2000, ou seja, cresceu seis vezes mais.

Nas proximidades das minas, a partir de meados da década de 1980, houve atração natural de grande contingente populacional, que coincide (e, em certa medida, também é explicada) com o surgimento de novas cidades, a exemplo de Parauapebas, que emerge como área reservada à moradia dos trabalhadores contratados da Vale. A vila tornou-se uma cidade, com um núcleo urbano inchado, com migrantes atraídos pelo “Eldorado dos Carajás”. O mesmo processo de expansão urbana ocorreu com Tucumã, impulsionado pelo Projeto Onça-Puma, de

exploração de níquel, e Curionópolis,⁷ mina de ferro. A maior taxa de população urbana, em ambos, já havia sido constatada no Censo de 2000.

No caso de Marabá, município de ocupação mais antiga e o mais populoso do sudeste paraense, já se verifica a existência de uma população consolidada predominantemente urbana, fortalecida pela sua característica de polo econômico regional.

Já no que se refere a Tucuruí, o fator de atração populacional e de expansão urbana está associado à construção e ao funcionamento da hidrelétrica e aos seus efeitos na geração de empregos diretos e indiretos, caracterizando-se tal município como uma *Town Company*, ou seja: “cidades planejadas para acompanhar a dinâmica de grandes empreendimentos – no caso de Tucuruí, a hidrelétrica sob o comando da Eletronorte – e com estes constituindo e inserindo um novo arranjo espacial na realidade local e regional” (Trindade Júnior e Rocha, 2002, p.14).

Por sua vez, três municípios foram emblemáticos, no que concerne aos impactos da expansão da frente agropecuária na dinâmica econômica e também, como consequência do fluxo migratório ocorrido, do aumento demográfico e da expansão urbana: Paragominas, que emergiu como polo de atração de pessoas e empreendimentos, em busca de terras e criação de gado, tendo sido um dos principais focos dos projetos de colonização dos anos 1970; Redenção, que se tornou importante centro urbano, no bojo da ocupação da grande pecuária, estimulada pela política de incentivos, na Amazônia Oriental, que substituiu floresta por boi (Silva e Silva, 2008, p. 9); e São Félix do Xingu, que também cresceu na esteira da expansão da fronteira agropecuária.

As mudanças do perfil demográfico do sudeste paraense podem ser aferidas também dos indicadores de mortalidade infantil, expectativa de vida e taxa de fecundidade. Pelos dados censitários de 1991 e 2000, incluídos no *Atlas de Desenvolvimento Humano*,⁸ é possível observar que houve importantes avanços nesses itens, refletindo a perspectiva de melhoria nas condições sociais da população mesorregional. Com relação à *mortalidade infantil*, é notável a queda verificada no índice: de 57,8 crianças mortas até o primeiro ano de vida, em cada mil nascidos (1991), para 37,3 crianças. Entre os municípios da mesorregião que registraram, em 2000, os menores índices de mortalidade infantil estão Tucumã, Bannach e Redenção. Por sua vez, entre os municípios com os maiores índices de mortalidade infantil, destaca-se São João do Araguaia, com 62,5%.

7. No caso de Curionópolis, vale destacar que já vinha em processo de urbanização, inclusive oriundo do contingente populacional sobrando da derrocada de Serra Pelada.

8. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013>.

Quanto ao item *expectativa de vida*, observa-se uma ligeira melhora, entre 1991 e 2000, com o censo indicando 67,2 anos, em 2000, abaixo do índice estadual (68,5 anos) e do nacional (68,6 anos). O município onde se encontrou a maior expectativa de vida foi São Geraldo do Araguaia (com 69,9 anos).

Relativamente à *taxa de fecundidade*, embora a apresentada em 2000 (3,4 filhos por mulher) ainda tenha sido superior à do Brasil (2,3 filhos por mulher), significou uma relevante mudança, levando-se em conta que, em 1991, esta era de 4,5 filhos por mulher.

A escolaridade é outro quesito que chama atenção, à conta da defasagem apresentada pela mesorregião. Pelas informações censitárias, apesar da diminuição importante da porcentagem de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas, entre 1991 e 2000, o quantitativo de 22,3%, em 2000, era ainda elevado. Observando-se esse indicador por microrregião, verifica-se que Paragominas chegou a 25,7%. A menor porcentagem de analfabetismo foi registrada na microrregião de Marabá (19,1%), onde se localiza o município homônimo e a cidade polo do sudeste paraense, bem como os municípios recém-criados próximos às minas da Vale, beneficiados pelos investimentos dessa empresa em educação e pelos efeitos indiretos dos empreendimentos dela na mesorregião.

Considerando as informações do Censo Demográfico de 2000, também se constata elevada defasagem em termos de anos médios de estudo da população com mais de 10 anos de idade. Pelos dados levantados, impressiona a porcentagem de pessoas sem instrução em alguns municípios do sudeste paraense, a exemplo de Bom Jesus do Tocantins (28,2%), São João do Araguaia (27,6%) e São Félix do Xingu (23,2%). Destacam-se positivamente os municípios de Marabá (14,4%) e Parauapebas (12,2%). No estado do Pará, como um todo, a porcentagem de indivíduos acima de 10 anos sem instrução foi, em 2000, de 14,2%.

4 MERCADO DE TRABALHO: AMPLIAÇÃO COM FORTE HETEROGENEIDADE, PRECARIZAÇÃO E IMPACTOS INDIRETOS DA DINÂMICA MINERADORA

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu um forte estímulo à mobilização de mão de obra advinda de outras partes do Brasil, visando atender à necessidade de força de trabalho para o capital que se expandia na mesorregião (Souza, 2002). Acrescentem-se a esses processos os estímulos oferecidos pelo estado, mediante projetos de colonização dirigida, com promessas de titulação de terras para as famílias “sem terra”.

Na prática, grande parte da população imigrante acabou não se inserindo no mercado de trabalho dos projetos agropecuários. Ao contrário, encontrou forte barreira de acesso à terra e poucas oportunidades de trabalho (Becker, 1982). Esse contingente sobran-te de mão de obra acabou ocupando-se de atividades

diversificadas, que funcionaram como estratégias de sobrevivência, ora no garimpo, ou em madeiras e empreiteiras, ora em atividades domésticas ou como peões. Outra parte dos imigrantes, atraída por promessas de emprego e acesso à terra, terminou tentando tornar-se agricultores familiares, vivenciando situações adversas, como isolamento e, em vários casos, conflitos de interesses com povos indígenas, madeiros, garimpeiros, posseiros etc.

Na década de 1990 e na primeira do século XXI, o contexto do mercado de trabalho mesorregional apresentou mudanças importantes. A presença dos grandes empreendimentos de mineração (e, em menor medida, das siderúrgicas de ferro-gusa) – operacionalizados notadamente pela Vale – potencializou a criação de novos empregos urbanos. Em que pese gerar poucos empregos diretos, a atividade mineradora passou a exercer um papel relevante na criação de empregos indiretos e renda, considerando-se tanto a demanda de fornecimento de serviços e produtos locais quanto o efeito-renda sobre a base produtiva local.

Estudos feitos por Costa (2008), com base na matriz de insumo-produto, indicaram que, dada a estrutura da economia, em 2004, e seus multiplicadores, para cada 1% no crescimento da produção mineral abrem-se possibilidades de crescimento para outros setores da economia local calculado em 0,81%. Assim, a previsão de expansão do produto mineral, à taxa de 20,4% a.a., entre 2005 e 2010, estimularia no sudeste paraense um crescimento do emprego a 15,3% a.a. e da massa salarial mesorregional a 15,6% a.a.

Uma importante fragilidade do mercado de trabalho no sudeste paraense refere-se ao elevado grau de informalidade da população ocupada, notadamente no setor agropecuário e extrativo vegetal. Em 2000, 73% da população ocupada estava na informalidade (era 79,8% em 1991). Outra fragilidade diz respeito à elevação na participação do trabalho infantil. Em 2000, 31% da população ocupada era composta por crianças e adolescentes, em particular na faixa etária dos 15 aos 17 anos (nesse ano a porcentagem do estado era de 25%).

Com relação ao perfil do *rendimento do trabalho* no sudeste paraense, verifica-se, pelo Censo Demográfico de 2000, que a mesorregião participava com 20,2% do rendimento total do estado,⁹ com 18,2% do rendimento total urbano e com 29,4% do rural. Considerando a participação dos municípios do sudeste paraense no rendimento total do Pará, destacam-se Marabá (com 3,3%) e Parauapebas (com 1,7%).

Pode-se dizer que o padrão socioeconômico observado no sudeste paraense – típico de uma área de expansão de fronteira de recursos – reproduz o perfil desigual dos níveis de renda entre os seus municípios. Assim, tanto as localidades que fazem parte da chamada

9. A soma de todos os rendimentos da população ocupada, tanto do mercado formal quanto do informal.

Área de Influência Direta da Vale – Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás, Marabá, Curionópolis, Tucumã e Ourilândia do Norte – quanto aqueles municípios que se configuram como centros de referência mesorregional (sobretudo de comércio e serviços) – a própria Marabá, Redenção, Paragominas e Tucuruí – podem ser considerados municípios que tendem a absorver mais empregos e gerar maior renda, em contraposição aos demais da mesorregião, em um processo que acaba sendo um espelho da desigual estrutura distributiva dos ativos e de oportunidades entre os diversos segmentos sociais.

5 BASE DE INFRAESTRUTURA ECONÔMICA EM PROCESSO DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Nesta seção, faz-se um balanço da situação da infraestrutura econômica do sudeste paraense – com foco na análise dos segmentos de transporte, energia elétrica e armazenagem –, bem como da infraestrutura urbana e de suporte às áreas rurais. As análises feitas a seguir mostram, em grande medida, o esforço do setor público para suprir as demandas existentes e, ao mesmo tempo, apontam um quadro de carências e fragilidades na infraestrutura econômica mesorregional.

5.1 Novo padrão de acessibilidade: razoável malha rodoviária, potencial hídrico, cobertura aeroviária regional e conexão estratégica da EFC

5.1.1 Sistema rodoviário

O sudeste paraense responde por 32,0% das rodovias estaduais e por 34,5% das rodovias federais. É, pois, um dos espaços de melhor cobertura de estradas do estado e de toda a região amazônica. Entretanto, possui importantes entraves¹⁰ ligados à manutenção da malha e à necessidade de ampliá-la, visando à compatibilização com a perspectiva, em curso, de expansão econômica. De todo modo, é relevante o fato de que todas as importantes cidades da mesorregião estão conectadas por estradas que as ligam entre si, a Belém e ao restante do país.

5.1.2 Sistema hidroviário

A perspectiva é de navegabilidade até certo calado de navios da bacia do Araguaia-Tocantins, composta pelos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes (na qual, a partir da foz do Tocantins até a confluência com o rio Araguaia e, desta, até Barra das Garças em Mato Grosso). A hidrovia deverá iniciar-se em Aruanã, em Goiás, e terminar no estuário do rio Pará. Um trecho seu já está sendo utilizado,

10. Informações da pesquisa anual sobre as rodovias brasileiras realizada pela Confederação Nacional de Transporte (CNT) para 2009 (disponível em: <www.cnt.org.br>). A pesquisa indica que dos 2.169 km dos trechos de rodovias federais e estaduais analisados, mais de dois terços (1.723 km, equivalentes a 79,4% da extensão pesquisada) tiveram seu estado geral classificado como ruim, em torno de 16,2% encontravam-se em estado geral regular (351 km) e 4,4% das rodovias restantes (95 km) foram classificadas péssimas.

partindo de Nova Xavantina (Mato Grosso) e São Geraldo do Araguaia (no sudeste paraense), complementando o sistema de transporte multimodal (formado por hidrovias, rodovia e ferrovia), cuja etapa final é o porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão.

5.1.3 Sistema aeroviário

O sudeste paraense conta com dois dos seis principais aeroportos do estado do Pará, localizados nos municípios de Marabá e Parauapebas. Dados da Infraero indicam que o movimento operacional do aeroporto de Marabá, entre 2003 e 2009, ultrapassou o desempenho dos demais aeroportos do Pará, consolidando-se como um dos mais importantes polos aeroviários paraenses, tanto no que diz respeito ao movimento operacional de passageiros quanto ao de carga transportada, com incrementos de 606,8% e 396,9%, respectivamente.

5.1.4 EFC

A malha ferroviária de maior importância econômica da região Norte do país é a EFC, cujo traçado de 892 km corta, no sentido longitudinal, parte dos estados do Maranhão e do Pará. A EFC transporta o minério do ferro produzido pelo Projeto de Ferro Carajás e de outros projetos da Vale (a partir do terminal ferroviário no município de Parauapebas), bem como outros minérios (a exemplo do cobre, da mina do Sossego, em Canaã dos Carajás).

5.2 Ampliação do sistema de energia elétrica tendo a Usina Hidrelétrica de Tucuruí como marco

A oferta de energia elétrica, no sudeste paraense, na última década, foi significativamente ampliada, beneficiando todos os municípios da mesorregião, embora com intensidade variada. As áreas urbanas estão relativamente bem servidas e as cidades da mesorregião seguem o padrão estadual, com uma boa cobertura. O potencial hidrelétrico do estado é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada, em 1984, pela Eletronorte. Aproximadamente 45% da produção de Tucuruí é consumida no Pará e, desse total, 17% são pela Companhia de Eletricidade do Pará (Celpa), que atende a 74% da população estadual, distribuída nos 143 municípios paraenses. Atualmente, a concessionária atende a mais de 5,5 milhões de habitantes, em todo o estado, por meio de mais de 1,2 milhão de unidades consumidoras cadastradas.

É relevante destacar a importância da hidrelétrica, que, além de suprir as necessidades da demanda do sudeste paraense, tem ajudado, de forma decisiva, na sua expansão econômica e no dinamismo, em particular, da cidade de Tucuruí e do seu entorno.

5.3 Rede de armazenagem de grãos em formação

Nos últimos anos, o sudeste paraense vem experimentando incrementos significativos de produção agrícola, principalmente de grãos e de pecuária de corte. Nesse processo, a infraestrutura nem sempre evoluiu de forma satisfatória, colocando-se frequentemente como inibidor de transformações maiores. Os dados sobre a capacidade de armazenagem, no sudeste paraense, indicam que, no período de 2002 a 2008, houve uma pequena modificação na estrutura da composição da rede armazenadora. No geral, porém, manteve-se, no período, um panorama mesorregional de dificuldades na rede de armazenagem. Do total de 99 estabelecimentos armazenadores, em 2002, no Pará, dezenove unidades localizavam-se no sudeste paraense (ou seja, 19,2%), os quais, por sua vez, eram responsáveis por 18,9% do total da capacidade útil armazenadora do estado, proporção que se elevou para 24,3%, em 2008. Ressalte-se que, neste último ano, apenas dez municípios dos 39 que compõem o sudeste paraense contavam com equipamentos para armazenagem de grãos, sendo dois deles (Paragominas e Ulianópolis) concentrando quase a metade dos estabelecimentos armazenadores, responsáveis por dois terços da capacidade útil de estocagem da mesorregião.

5.4 Fragilidades na infraestrutura urbana e de apoio às comunidades rurais

A forte expansão da população e o intenso crescimento econômico, aliados à criação de diversos novos municípios, nas últimas quatro décadas, resultaram em significativo processo de urbanização do sudeste paraense. As cidades foram crescendo, com a população ocupando, de forma desordenada, o espaço urbano e acumulando deficiências infraestruturais básicas. A oferta dos equipamentos e serviços públicos urbanos não conseguiu acompanhar o ritmo das necessidades da população.

Informações do Censo Demográfico de 2000 relativas às condições domiciliares dos municípios do sudeste paraense dão conta do quadro geral das condições de habitabilidade bastante precárias nos municípios ao final do século XX. Em termos dos sistemas de abastecimento de água, apenas 29,4% das moradias possuíam ligação à rede geral canalizada. Marabá, a maior cidade da mesorregião, detinha 36,1% de domicílios com esse tipo de acesso à água, o que é uma porcentagem baixa. No quesito esgotamento sanitário, apenas 16% dos domicílios da mesorregião, segundo o Censo Demográfico de 2000, eram ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica. O único município que destoou, com uma porcentagem maior, foi Parauapebas, com 39,9%. Chama atenção o quadro bem adverso de municípios tradicionais e com população representativa, como Marabá, Tucuruí e Redenção, com respectivamente 34%, 18% e 49% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica. Além disso, em 2000, 23,6% dos domicílios do sudeste

paraense ainda não possuíam acesso à energia elétrica (em 1991, eram 46,6%) e cerca de 90% não tinham linha telefônica instalada.

Outro ponto que chama atenção no processo de ocupação urbana é o elevado *deficit* habitacional verificado na mesorregião. Com base na metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP), cálculos feitos pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), no âmbito da elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (Pehis) (Idesp, 2009), indicaram que, no ano 2000, o *deficit* habitacional do sudeste paraense girava em torno de 32,4% (um pouco abaixo da taxa de 36,0% verificada para o estado do Pará). Durante a primeira década do século XXI, ocorreu importante queda na insuficiência habitacional, assim como um conjunto de melhorias nas condições de moradia, embora ainda houvesse insuficiências não desprezíveis e severas inadequações habitacionais. No âmbito do diagnóstico para o Pehis, o Idesp fez um exercício de cálculo dos *deficit* habitacionais¹¹ e dos domicílios com carência de infraestrutura em 2007¹² (Idesp, 2009). Os dados estimados para 2007 apontaram uma relevante redução, em relação a 2000, caindo para 13,2% (com o *deficit* estadual em 18,0%), onde ressaltam, em especial, as reduções apresentadas nos municípios de maior população: Marabá e Parauapebas (ambos com 62%) e Tucuruí (4%). Mas, pelo menos oito municípios ainda apresentaram, em 2007, *deficit* superiores a 25%.

Em termos de carências infraestruturais domiciliares, é possível constatar melhorias relativas nos quesitos esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo. Entretanto, todos os municípios do sudeste paraense ainda apresentam deficiências significativas, inclusive piores que as do padrão estadual. No item domicílios sem abastecimento de água (rede geral e ligação interna), a porcentagem de carência, em 2007, foi estimada em 61,5% na mesorregião (com o estado registrando 56,2%), e em municípios como Paragominas, Tucuruí e Redenção, respectivamente, 80,5%, 50,6% e 99,2%.

Já a proporção de domicílios sem esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica) na mesorregião foi calculada em 50,4% (42,6% para o estado do Pará). Dos 39 municípios, 26 apresentaram proporções superiores a 60%. Por fim, no item domicílios sem coleta regular de lixo, em 20 dos 39 municípios do sudeste paraense, a proporção foi superior a 30%.

Chama atenção o fato de o grande dinamismo da mineração, nos últimos anos, não ter se refletido em mudanças profundas nas condições domiciliares

11. O Idesp calculou os *deficit* habitacionais de 2007 para os municípios do Pará, tomando como referência a pesquisa realizada com cálculo da FJP para o mesmo estado, que considerou informações domiciliares de 2007 (IBGE, 2008) e realizou uma distribuição para cada componente do *deficit*, de acordo com a proporção dos resultados para 2000.

12. Para o cálculo da inadequação habitacional, o Idesp considerou os conceitos de inadequação habitacional definidos pela FJP referentes à metodologia antiga. As pesquisas utilizadas foram: Censo 2000 e Pnad de 2007 (IBGE, 2008).

dos municípios do sudeste paraense, onde estão presentes os empreendimentos. Marabá e Parauapebas foram destaques positivos, mas, ainda assim, apresentam importantes carências urbanas. Nos outros municípios da Área de Influência Direta (AID) dos projetos da Vale – Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã e Canaã dos Carajás –, os indicadores demonstram um quadro de carências infraestruturais elevadas.

A perspectiva é de que se reduza ainda mais o *deficit* habitacional e que ocorram melhoras nas condições de moradia nos próximos anos, levando-se em conta a previsão dos recursos estimados, em especial pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os recursos desse programa para o sudeste paraense, nas áreas de habitação e saneamento básico, foram calculados em R\$ 454,93 milhões (US\$ 260,0 milhões) para o horizonte 2008 a 2015.

6 FORMAÇÃO DO MERCADO DE TERRAS COM EXISTÊNCIA DE TENSÕES E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

A terra é o elemento central da formação histórica e do desenvolvimento socioeconômico recente do sudeste paraense. Dela se vêm extraindo e produzindo riquezas para viabilizar renda e emprego. Entretanto, ela também estimulou cobiça e disputas por sua apropriação e uso.

A questão fundiária no sudeste paraense começou a se tornar ainda mais evidente na década de 1960, a partir da construção da Rodovia Belém-Brasília – uma ação do governo federal, com o respaldo macrorregional da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), visando à ampliação da integração da Amazônia à economia brasileira. Já nesse momento, especuladores do Sul do país passaram a negociar e adquirir terras baratas com o governo do Pará, para ser, posteriormente, boa parte desmembrada e revendida.¹³ Com o funcionamento da Rodovia Belém-Brasília (e de outras rodovias, como a PA-150 e PA-70), abre-se um novo ciclo de negócios pelo processo de compra de terras baratas, deflagrado, notadamente, nos municípios de Paragominas e São Domingos do Capim, envolvendo diversos casos de fraudes. Iniciou-se, então, um movimento, que se intensificaria nos anos seguintes, conhecido como *grilagem*.

As áreas às margens dessas rodovias e próximas a elas tornar-se-iam os principais focos de atração de novos colonos e grandes empresas e *locus* central da disputa da terra com antigos colonos, pioneiros e nativos, caboclos e indígenas, presentes há várias gerações no sudeste paraense. Esse contexto intensifica-se nas décadas de 1970 e 1980, configurando um claro processo de “latifundização”. Dados dos

13. Grandes áreas de terra compradas a um preço muito abaixo do valor de mercado, nessa ocasião, foram posteriormente revendidas sob a forma de terrenos padronizados, todos medindo 4.356 ha. Até hoje, essas propriedades “loteadas” fazem parte da paisagem do sul do Pará (Hébette, 2004, p. 37).

Censos de 1970 e 1980 indicam que os 319 estabelecimentos agropecuários com mais de 1 mil hectares, nos municípios de Conceição do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São João do Araguaia e Tucuruí, respondiam por 85% da área total destinada a essa categoria de atividade, na mesorregião, em 1970. Os dados de 1980, comparativamente aos de 1970, indicam um aumento de três vezes o tamanho médio das propriedades, apontando um avanço das pequenas e médias propriedades (em boa parte, ligadas à agricultura familiar), concomitantemente com a presença forte dos latifúndios.

O quadro de tensão no campo intensificou-se ainda mais na década de 1990 e primeira do século XXI. Na sua origem, tais conflitos e tensões estiveram associados às políticas de incentivos fiscais, que estimularam o avanço sobre o território de grandes projetos e empresas privadas agropecuárias.¹⁴ Ao mesmo tempo, esse estado estimulou o fluxo maciço de imigrantes, atraindo grande número de pequenos produtores. A expansão dessas duas frentes – latifúndios, de um lado, e pequenos produtores, de outro – acabou projetando uma arena de disputa desigual e, em vários casos, violenta pelo acesso à terra.

Nas últimas décadas, ganhou intensidade o processo de embate pela posse e uso da terra, quando se acrescentaram, aos interesses das grandes empresas agropecuárias, interesses de outros capitais, como madeireiras, guseiras, empresas siderúrgicas, a grande empresa mineradora (Vale) e, mais recentemente ainda, novas frentes de expansão do capital agrícola (como o voltado para a produção de soja). Nesse mesmo tempo também cresceu o número de produtores familiares disputando a posse fundiária, boa parte constituída da parcela da população que não conseguiu ser absorvida no mercado de trabalho mesorregional.

O mais conhecido conflito no sudeste paraense foi o chamado Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, na margem da PA-150, onde dezenove pessoas foram mortas pela Polícia Militar. O confronto ocorreu quando 1.500 trabalhadores sem-terra, que estavam acampados na área, decidiram fazer uma marcha em protesto à demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira.

O município de São Félix do Xingu vem sendo o grande polo pecuário da mesorregião (que detém mais de 70% do rebanho existente no Pará) e, não por acaso, como se frisou anteriormente, tem sido palco de grandes tensões e conflitos. O intenso crescimento do rebanho nesse município explica-se, entre outros fatores, pela transferência de gado de municípios próximos para áreas novas, griladas e desmatadas ilegalmente de São Félix do Xingu, visando servir de base à apropriação

14. Hébette (2004, p. 38) identifica, na lista de grandes grupos empresariais do país, os que obtiveram incentivos da Sudam e investiram em projetos agropecuários, sobretudo nos anos 1970 e 1980: Volkswagen do Brasil, Bradesco, Bamerindus, Tecelagem Parahyba e Construtora Mendes Júnior.

fundiária. O processo cria um círculo vicioso, no qual os custos da expansão do rebanho são cobertos pela venda de terras apropriadas. Por trás da aparência de empreendimentos produtivos, ocorre um processo de dilapidação do patrimônio coletivo, com altos custos sociais e ambientais (Ipam, 2006, p. 35).

Mais recentemente, surgem novos focos de potenciais tensões fundiárias, com a sojicultura, que também avança sob as benesses de incentivos fiscais para o cultivo, o escoamento e a comercialização. A atividade vem-se expandindo nas microrregiões de Paragominas, Redenção e Conceição do Araguaia, destacando-se os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Santana do Araguaia e Redenção. O processo de ocupação de terras aptas para o plantio desse grão tem levado empresas e grupos, organizados em cooperativas, a intimidarem tradicionais habitantes da mesorregião.

Outro eixo de geração de conflitos tem a ver com o fato de a *grilagem*, que se alastrou por todo o sudeste paraense, haver estimulado o surgimento de atividades econômicas ilícitas, ligadas à pistolagem, à corrupção de funcionários públicos (cartórios, polícia, judiciário etc.), ao narcotráfico e ao roubo de cargas. A apropriação de terras públicas funcionava – e ainda funciona – como forma de “agilizar a reintegração do dinheiro oriundo de lucros ilícitos no mercado legal, através da compra e venda de fazendas” (Ipam, 2006, p. 37).

Segundo o pesquisador do museu Emílio Goeldi, Roberto Araújo de Oliveira Santos, a aquisição de terras na Amazônia e, em particular, no sudeste paraense vem ocorrendo de forma lícita e ilícita. As formas lícitas de aquisição de terras ocorrem pela via de recursos originados pelo acesso aos incentivos fiscais ou via capital próprio de empresas privadas. As formas ilícitas viabilizam-se a partir da aquisição de terras oriundas de agenciamento de pistoleiros e mão de obra “escrava”, corrupção de cartórios e funcionários públicos, bem como compra de terras com recursos de rendimentos privados ilegais, resultado do contrabando de armas, tráfico de drogas e roubo de automóveis, em suma, “metamorfose de dinheiro sujo” em posse de terras (Santos Filho *et al.*, 2005).

Em entrevista com o referido pesquisador realizada em agosto de 2008 em Belém, capital do Pará, foi possível escutar o seu relato de diversos casos de tensões e conflitos pela disputa de terras no sudeste paraense (algumas presenciadas por ele próprio), num testemunho corajoso; o destaque foi para o papel do estado como um ator relevante na corroboração do contexto de tensão e conflito no campo, quer pela facilidade de financiamento, quer por corrupção de servidores, quer por omissão ou ainda pela baixa efetividade do poder de polícia.

7 CONCLUSÃO

Uma constatação mais geral é que se assistiu, efetivamente, a significativo dinamismo e mudanças estruturais consideráveis na economia do sudeste paraense nas últimas décadas, em especial neste início do século XXI. De fato, a mesorregião passou de uma base marcada pela economia extrativista, típica de subsistência e com tênues vínculos extrarregionais, para uma nova fase, a partir de meados da década de 1960, identificada por sua inserção gradual à economia nacional e internacional, com maior exploração dos seus recursos naturais, como terra abundante e barata, riqueza mineral, potencial hídrico e estoque de floresta tropical, entre outros.

O Estado brasileiro exerceu papel fundamental nesse processo, ao introjetar na mesorregião um conjunto de ações planejadas, como as políticas de estímulos fiscais e creditícios, programas de colonização dirigida e aporte de investimentos relevantes na infraestrutura econômica.

A primeira evidência das mudanças, verificadas nas últimas quatro décadas, diz respeito ao forte dinamismo e às profundas alterações na base produtiva mesorregional. O sudeste paraense elevou sua participação no PIB do Pará de 2,6%, em 1970, para 30,4%, em 2007. Na base produtiva, ressalta-se tanto a tendência recente de consolidação da extração mineral, atividade de maior peso no PIB mesorregional e principal vetor de dinamismo, quanto a tendência de diversificação da agropecuária local.

A segunda constatação reporta-se à ocupação humana do sudeste paraense, onde ocorreu importante expansão demográfica, entre 1970 (12 mil pessoas) e 2008 (1,5 milhão de habitantes). Esse crescimento caracterizou-se pela concentração populacional em alguns municípios, como Marabá, Parauapebas, Tucuruí e Paragominas. Nessa evolução demográfica, acelerou-se o processo de urbanização, na esteira do surgimento de novos municípios (eram seis, na década de 1960, são 39, atualmente). Não obstante, os dados censitários do ano 2000 indicaram a presença ainda de importante contingente de população rural, respondendo por 36,3% da população total mesorregional (IBGE, 2000).

Uma terceira evidência refere-se ao *mercado de trabalho* na mesorregião. Ele se tornou muito heterogêneo, com o predomínio de ocupações de baixo rendimento e precária qualificação, tanto no campo quanto nos núcleos urbanos. Os empregos diretos da Vale, por exemplo, representam pouco no contexto mesorregional. Impactos maiores devem-se aos empregos indiretos, em função do efeito-renda gerado pela presença dessa empresa, sobretudo no comércio e nos serviços locais.

A quarta evidência das mudanças ocorridas no sudeste paraense reporta-se à *nova base de infraestrutura econômica*, mais abrangente e modernizada, embora ainda revele significativas deficiências. Os destaques ficam por conta: *i)* do novo padrão

de acessibilidade (boa malha rodoviária intrarregional e de conexão extrarregional, potencial de viabilidade hidrográfica, cobertura aeroviária e presença estratégica da EFC da Vale); *ii*) da ampliação da oferta de energia elétrica, tendo como marco a instalação da hidrelétrica de Tucuruí; *iii*) do processo de formação de uma rede de armazenagem de grãos; e *iv*) da defasagem da infraestrutura urbana e de suporte às comunidades rurais, não obstante as melhorias constatadas nos últimos anos.

A quinta constatação acerca do novo momento da economia do sudeste paraense diz respeito à *formação do mercado de terras*, que fez surgir uma estrutura fundiária permeada pelo acirramento da disputa pela posse da terra, tendo como exemplo emblemático o “massacre de Eldorado dos Carajás”, em abril de 1996.

Além desses aspectos, merece especial destaque a *questão ambiental*, uma das marcas do processo de desenvolvimento da mesorregião, onde ainda predomina formas predatórias de exploração econômica dos recursos naturais, como o chamado *extrativismo de aniquilamento*. Após intenso desmatamento, a partir da década de 1970, os dados mais recentes sugerem certa redução no ritmo desse processo, muito embora ainda ocorra em volume significativo.

De outra parte, a avaliação do desenvolvimento recente do sudeste paraense e das suas perspectivas para os próximos anos pode ser sintetizada em quatro questões para reflexão.

- 1) O sudeste paraense ainda constitui uma área típica de expansão de fronteira de recursos naturais ou já se configura como área de fronteira consolidada?
- 2) A atividade de exploração mineral em grande escala, protagonizada na mesorregião pelos empreendimentos da Vale, constitui um “enclave econômico” ou, nas circunstâncias em que se dá sua relação com o restante da economia mesorregional, resulta em efeitos diretos e indiretos relevantes?
- 3) A lógica que presidiu a dinâmica e as mudanças estruturais do sudeste paraense permite dizer se está em curso um processo de *endogeneização do desenvolvimento*?
- 4) Na perspectiva do seu futuro, qual o papel que o sudeste paraense tende a desempenhar *na divisão social do trabalho nacional e internacional*?
 - a) A questão da fronteira – o processo de ocupação humana e a dinâmica econômica nessas últimas quatro décadas, no sudeste paraense, foram balizados por uma fronteira de recursos em expansão, que se traduziria em duas amplas frentes: de um lado, a dos pequenos produtores ou de mão de obra para trabalhar no emergente mercado de trabalho capitalista, estimulada pela migração de famílias induzida por

programas de colonização do Estado ou de forma espontânea a partir da atração para os grandes projetos; e de outro, a exploração agropecuária e mineral, com a presença de grandes fazendas ou grandes grupos empresariais. Como lembra Becker (1997), a fronteira passa a assumir novas feições na região amazônica. Não se trata mais de fronteira como “espaço vazio” a ser ocupado. Ela se renova e assume múltiplas feições: superposição de frentes de várias atividades, povoamento mais concentrado, intensa urbanização etc.

- b) A questão do enclave econômico – de fato, nos termos indicados por Hirschman (1976), pode-se dizer que a atividade mineradora gerou poucos efeitos encadeadores na base produtiva mesorregional. Não obstante, é preciso ir além e incluir outras constatações. Com efeito, como sugere Coelho (2000, p. 123), “a simples presença, numa região, de um enclave minerador (*e na dimensão com que ocorreu no sudeste paraense*, poder-se-ia acrescentar) influencia o funcionamento das demais áreas”. É que, mesmo não ocorrendo os efeitos dinâmicos provocados por outros empreendimentos estruturadores – a exemplo do que se dá com uma montadora automobilística –, várias transformações são verificadas. No caso do sudeste paraense: *i*) induziu forte migração e com ela multiplicação de núcleos de povoamento (novas cidades surgiram, como Parauapebas); *ii*) promoveu a ligação de lugares, antes não conectados entre si; *iii*) gerou efeitos indiretos, em termos de emprego, renda, valor adicionado e valor da produção mesorregional; *iv*) produziu impacto também na receita dos municípios, em particular naqueles onde se localizam os empreendimentos, via contribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); *v*) fomentou, com a pujança exportadora, o aumento do PIB mesorregional; e *vi*) criou, em certa medida, com a infraestrutura associada à atividade de mineração, um fator de atração da acumulação de capital, não constituindo, portanto, apenas um elemento perturbador (Coelho, 2000). Por sua vez, na medida em que avance o padrão de articulação entre a Vale e as comunidades dos municípios onde a empresa tem empreendimentos, é possível ocorrer ações mais proativas de apoio ao desenvolvimento local, incentivo a projetos culturais e sociais, ampliação das compras de fornecedores locais (ajudando, inclusive, na capacitação) etc.
- c) A questão da endogeneização do desenvolvimento – embora tenham ocorrido várias frentes de penetração de atividades modernizadoras, o sudeste paraense tem um papel reflexo na economia brasileira e

anda a reboque dela, com baixa capacidade de comando do próprio desenvolvimento. As forças exógenas expandiram-se e passaram a exercer forte influência nas decisões estratégicas mesorregionais. Na ausência da atuação mais proativa do Estado brasileiro, na atualidade – em face dos moldes do que houve nos anos 1960 até parte da década de 1980 com a SPVEA e a Sudam –, a Vale acaba sendo, de modo implícito, o grande agente do desenvolvimento regional. Chegou, inclusive, a formular planos regionais de desenvolvimento e a apoiar iniciativas locais diversas. De todo modo, é possível perceber algumas iniciativas locais de desenvolvimento. Encontram-se evidências disso na presença de importantes organizações não governamentais (ONGs), atuando no desenvolvimento local sustentável ou em reivindicações sociais básicas, nos campos da questão fundiária, questão indígena e questão do emprego (rural e urbano).

- d) A questão do papel na divisão espacial do trabalho – o sudeste paraense não constitui mais uma fronteira de expansão de forças exógenas nacionais e internacionais. É, agora, um espaço regional típico, inserido no sistema territorial nacional (mantendo vínculos também internacionais), com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos e iniciativas de diferentes atores. De fato, grandes empresas privadas, nacionais e internacionais, já se firmaram nessa mesorregião e convivem com pequenos produtores. Há também a presença de atores institucionais relevantes, como os governos municipais, o estadual e o federal, atuando conjuntamente por meio de vários programas.

Abrem-se oportunidades de desenvolvimento para o sudeste paraense, do que são indícios: *i)* potencial de novos investimentos da Vale; *ii)* tendência à consolidação da estrutura agropecuária mesorregional; e *iii)* as possibilidades de expansão das suas atividades urbanas. Entretanto, o modelo de desenvolvimento que prevalecerá – conferindo ao sudeste paraense novos papéis socioeconômicos e geopolíticos no âmbito nacional e, mesmo, internacional – dependerá de fatores objetivos, entre os quais merecem destaque os seguintes: *i)* a qualidade institucional da gestão pública municipal; *ii)* o grau de empreendedorismo na mesorregião; *iii)* a formação e a capacitação dos recursos humanos locais; *iv)* a capacidade endógena de construir e implementar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazos; e *v)* a capacidade de se aproveitar, mais racionalmente, a base de recursos naturais e a rica biodiversidade da mesorregião, fomentando a economia sustentável.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

_____. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental (des)integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, M. C. N.; SIMONAN, L.; FENZ, N. (Orgs). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup/Naea/UFGA, 2000. p. 117-170.

_____. Introdução. In: HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. 1. Belém: UFGA, 2004. p. 26-33.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. UFGA-NAEA. Belém, 2000.

_____. Corporação e economia local: uma análise usando contas sociais Alfa (CS α) do programa de investimento da CVRD no sudeste paraense (2004 a 2010). **Nova Economia**, v. 18, n. 3, p. 429-470, set./dez. 2008.

HÉBETTE, J. A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. In: HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. v. 2. Belém: UFGA, 2004. p. 33-41.

HÉBETTE, J. *et al.* Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o leste médio Tocantins. In: HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFGA, 2004. v. 2. p. 127-168.

HIRSCHMAN, A. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. **Estudo Cebrap**, São Paulo, n. 18, out./dez. 1976.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2007** – microdados. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

_____. **Produto interno bruto dos municípios 2012**. Contas Nacionais, nº 43. Rio de Janeiro, IBGE, 2014a.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros**, em Primeiro de julho de 2014. Rio de Janeiro, IBGE, 2014b.

IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (Pehis):** diagnóstico habitacional. Belém: Idesp, 2009.

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira.** Brasília: Ipam, 2006. (Série Estudos, n. 8).

SANTOS, V. M. dos. **A economia do sudeste paraense:** fronteira de expansão na periferia brasileira. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SANTOS FILHO, R. A. de O. *et al.* Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri). *In: Estudos avançados*, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005. São Paulo: IEA-USP, 2005. (Dossiê Amazônia Brasileira II). Disponível em: <www.iea.usp.br/iea/revista>.

SILVA, F.; SILVA, L. de J.M. da. História regional e participação social nas mesorregiões paraenses. **Paper Naea**, nº 226, dez./2008. Belém, 2008.

SOUZA, C. A. **Urbanização da fronteira:** um estudo do crescimento urbano do sudeste do Pará. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

SOUZA, C. H. **A trajetória da força de trabalho no sudeste paraense:** de agricultores migrantes a garimpeiros, de garimpeiros a posseiros, a excluídos, a sem terra. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (Abep)*, 13., Ouro Preto, 2002.

TOBIAS, A. J. **Dinâmica migratória paraense no período 1981-1991.** Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, Ouro Preto, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Claire C.; ROCHA, G. de M. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia:** gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, M. **A ocupação recente da Amazônia através das grandes empresas pecuárias.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

ANTT – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. **Relatório anual de acompanhamento das concessões ferroviárias.** Brasília: ANTT, 2008.

FVRD – FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE. **Plano de gestão integrada em socioeconomia para os empreendimentos da CVRD no estado do Pará**: análise do contexto territorial e dimensão econômica. Rio de Janeiro: Diagonal Urbana; Ceplan Consultoria, 2006. Mimeografado.

HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo Agropecuário do Pará de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário do Pará de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário do Pará de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário do Pará de 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

_____. **Censo Agropecuário do Pará de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário do Pará de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MENDES, A. (Org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. 2. ed., Belém: Banco da Amazônia, 2004. v. I e II.

SANTOS, R. **A economia do estado do Pará**. Belém: Idesp, 1978. (Relatório de Pesquisa, n. 10).

SANTOS, V. M. **A economia do sudeste paraense**: fronteira de expansão na periferia brasileira. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

SILVA, M. A. Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências à diversificação concentrada. In: MENDES, A. (Org.). **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 245-270.

SISCOMEX – SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR. Comércio Exterior do Brasil - informação das exportações. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>>.

